

PARLAMENTO RURAL EUROPEU 2015

RELATÓRIO SÍNTESE- PORTUGAL

VERSÃO FINAL - 2015.07.20

INTRODUÇÃO

A MINHA TERRA - Federação Portuguesa de Associações de Desenvolvimento Local, enquanto entidade associada da ELARD - European LEADER Association for Rural Development, uma das redes europeias promotoras do Parlamento Rural Europeu 2015, assumiu a dinamização do processo em Portugal.

A Federação Minha Terra é uma entidade privada de interesse público sem fins lucrativos, constituída em Fevereiro de 2000, por iniciativa de um grupo alargado de Associações de Desenvolvimento Local, que pretendeu institucionalizar uma rede em torno de princípios de actuação e objectivos comuns de promoção do desenvolvimento local em meio rural.

Ao longo dos últimos 15 anos, a Federação Minha Terra:

- dinamiza uma plataforma de cooperação alargada, entre agentes e organizações de desenvolvimento local;
- capacita e representa as organizações de desenvolvimento local;
- promove e participa em estudos, publicações e iniciativas sobre desenvolvimento local nos territórios rurais
- advoga e defende os interesses dos cidadãos e comunidades dos territórios rurais;
- integra diversos comités consultivos e de acompanhamento de políticas públicas, nomeadamente o Conselho Económico e Social, em Portugal.

As 53 Associações de Desenvolvimento Local (ADL), associadas da Federação Minha Terra intervêm em mais de 90% do território nacional (Continente e Regiões Autónomas), em territórios fundamentalmente rurais onde habitam mais de 4 milhões de cidadãos.

As iniciativas (e abordagem) LEADER tiveram um papel fundamental na estruturação deste movimento.

Estas ADL envolvem, entre os seus associados, mais de 2.000 pessoas colectivas e individuais, com uma representatividade baseada na diversidade e natureza dos seus associados, que valoriza as especificidades de cada território, expressando o dinamismo dos atores locais enquanto agentes do seu desenvolvimento.

Face a uma ausência de tradição de movimentos populares rurais com carácter participativo, (cuja justificação e análise não cabe abordar neste relatório), a Federação Minha Terra optou

por desenvolver o processo de auscultação/participação para o Parlamento Rural Europeu, através das actividades desenvolvidas pelas ADL no contexto da preparação das Estratégias de Desenvolvimento Local, a operacionalizar no âmbito do instrumento DLBC (Desenvolvimento Local de Base Comunitária), cujas actividades preparatórias se iniciaram no ano passado e estão agora na fase final.

Este processo, em Portugal, foi de uma iniciativa pioneira e inovadora que se tornou bastante exigente, fruto dos timings e da articulação com as iniciativas locais dinamizadas pelas ADL (na preparação do ciclo de programação 2014 - 2020), principal fonte da informação que este relatório sistematiza.

Com mais de 4200 participantes em mais de 160 iniciativas organizadas localmente, foi possível concretizar a “cascata de ideias” de baixo para cima, proposta como metodologia para o Parlamento Rural Europeu e garantir o envolvimento das comunidades rurais.

Congregar num documento sintético a visão das comunidades / populações rurais tornou-se num grande desafio, fazendo as necessárias agregações e destacando, sempre que possível especificidades regionais / locais.

Contudo, não tivemos a pretensão, nem a possibilidade, de o “concluir”, nos prazos necessários para contribuir para o processo Europeu, mas antes de o tornar aberto e acessível a todos, de modo a que se torne num instrumento de visibilidade do mundo rural nacional e que possa ajudar para reforçar a voz das comunidades rurais, contribuindo para que os interesses e o bem-estar destas comunidades estejam fortemente reflectidas em políticas nacionais e europeias.

METODOLOGIA

*como as ideias foram recolhidas e sintetizadas?
que pessoas estiveram envolvidas?*

O processo nacional do Parlamento Rural Europeu em Portugal, conduzido pela Federação Minha Terra, foi desenvolvido, maioritariamente, pelas Associações de Desenvolvimento Local (ADL) suas associadas, enquanto entidades dinamizadoras de parcerias locais diversificadas e representativas e com uma forte disseminação territorial nas zonas rurais.

Este processo consistiu em capitalizar, valorizar e sistematizar os resultados do trabalho realizado e em curso – reuniões e workshops locais, diagnóstico territorial, etc. – no contexto da construção das Estratégias de Desenvolvimento Local de Base Comunitária (EDLBC), por cada uma das parcerias locais dinamizadas pelas ADL. Estas EDL estarão na base do reconhecimento destas parcerias locais como Grupos de Acção Local.

Foi solicitado pela Federação Minha Terra a cada uma das 53 ADL associadas, o envio dos diagnósticos territoriais, macro-estratégias e evidências da realização de iniciativas de auscultação das comunidades.

Foram analisados **contributos de 24 Associações de Desenvolvimento Local** (diagnósticos territoriais e análises SWOT), representativas das 5 NUT II de Portugal Continental (22) e das Regiões Autónomas dos Açores (1) e Madeira (1).

No total, à data deste relatório, foram identificadas **168 reuniões** e workshops locais totalizando a participação de mais de **4200 pessoas e/ou organizações** (559 em nome individual e 3576 representando de instituições – destas, 39,6% da economia social, 25,5% do sector empresarial e 34,8% do sector público). Entre os participantes 40,9% são mulheres. Tendo em conta a diversidade dos modelos de ficha de presença utilizados, não é possível segregar os participantes por faixa etária.

Adicionalmente, com o objectivo de alargar a participação a outras entidades e pessoas, reforçando a visão nacional sobre a realidade dos territórios/comunidades rurais em Portugal, foi construído e divulgado um questionário online¹.

Foram contactadas **5 organizações/redes nacionais** [Animar - Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Local, CNA - Confederação Nacional de Agricultores, Confagri - Confederação Nacional das Cooperativas Agrícolas e do Crédito Agrícola em Portugal; FC&T - Fórum Cidadania e Território e RRN - Rede Rural Nacional] para responderem e divulgarem o questionário, resultando em **50 respostas ao questionário**.

O presente relatório foi produzido através das informações recolhidas nos diagnósticos territoriais das ADL e incorporadas nas respectivas EDLBC e através das respostas ao questionário online, adoptando a seguinte estrutura:

- “Grandes Preocupações” – informações recolhidas ao nível dos diagnósticos (pontos fracos e ameaças) da situação dos territórios rurais e através da pergunta 3 do questionário e posteriormente agregadas. De acordo com as informações recolhidas, foram organizados onze grandes grupos de preocupações;
- “Aspirações/Expectativas” – informações recolhidas ao nível dos desafios e objectivos estratégico das estratégias territoriais, e através da pergunta 4 do questionário. A agregação das informações deu origem a onze grandes grupos de expectativas;
- “Política e Acção” – informações recolhidas ao nível do tema “Governança, Política e Cidadania”, e através das perguntas 7 a 10 do questionário.

¹ <https://docs.google.com/forms/d/1D6Cw1PACTudfz9wYwHG4iR1O0rZMUdP1UJGNqDdt7Po/viewform>

PREOCUPAÇÕES E ASPIRAÇÕES

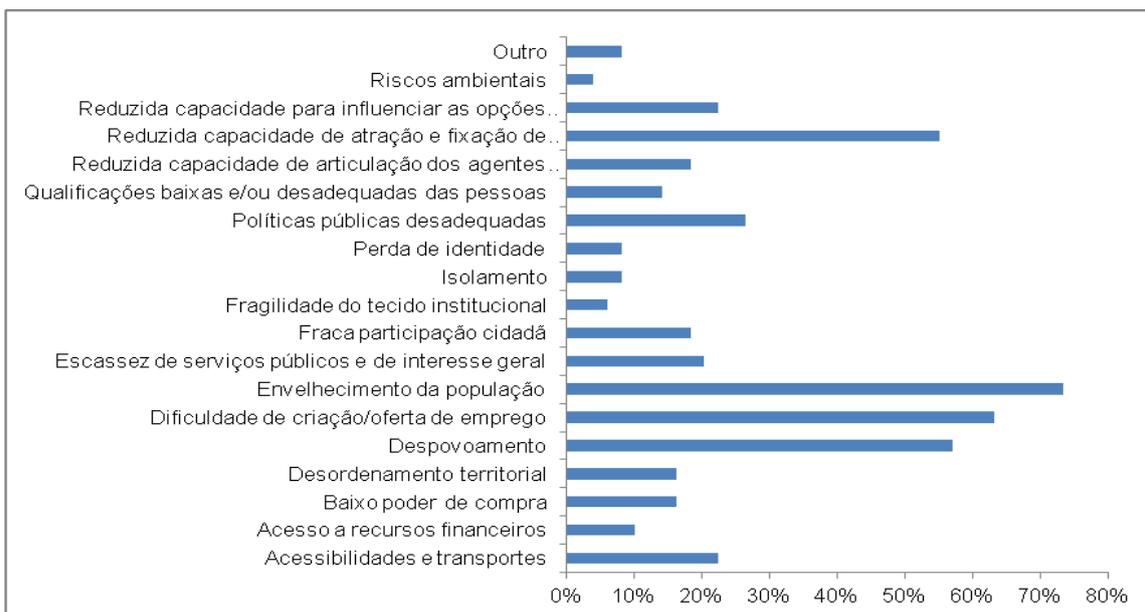
preocupações manifestadas pelas populações rurais e as suas aspirações para o futuro de suas comunidades

PREOCUPAÇÕES

De acordo com a metodologia apresentada, e tendo em conta as informações recolhidas, foram classificadas as preocupações dos territórios rurais em 11 grupos:

- 1 – Ambiente e Ordenamento
- 2 – Património Cultural e Natural
- 3 – Turismo – economia sustentável
- 4 – Acessibilidades e transportes
- 5 – Dinâmicas demográficas
- 6 – Questões sociais
- 7 – Capital Humano
- 8 – Agricultura e Sector Primário
- 9 – Dinâmicas Empresariais, I&D e Empreendedorismo local
- 10 – Cooperação, trabalho em rede e animação do território
- 11 – Governança, Políticas e Cidadania.

Ao nível do questionário on-line, as quatro principais “Grandes Preocupações” identificadas foram: Envelhecimento da População; Dificuldade de criação/oferta de emprego; Despovoamento; e Reduzida capacidade de atracção e fixação de investimento.



As grandes preocupações são corroboradas quando se analisam também os diagnósticos territoriais conduzidos pelas 24 ADL.

Em termos globais as **dinâmicas demográficas** e as **questões sociais** agrupam as principais preocupações na generalidade do território nacional, nomeadamente nos seguintes aspectos **envelhecimento da população** e **despovoamento** no que diz respeito às dinâmicas demográficas e o **desemprego**, dificuldade de criação/oferta de emprego, **pobreza** e **exclusão social**, no âmbito das questões sociais.

Entre os 24 contributos das ADL, 19 referem, explicitamente, o **envelhecimento populacional** como uma grande preocupação. Questões ao nível da demografia como a **baixa natalidade**, **êxodo rural** e, conseqüentemente, **perda da população** e **despovoamento**, são também dominantes na generalidade dos territórios rurais.

O **desemprego**, como a **dificuldade de criação/oferta de emprego** - referido na análise do questionário, é também uma das grandes preocupações dos territórios rurais (aspecto identificado em 16 dos 24 diagnósticos territoriais analisados).

Associados ao problema do desemprego, aparecem também, com destaque, os problemas da **pobreza e da exclusão social**, nomeadamente em jovens, idosos e em famílias onde ambos membros do casal perderam o emprego. A **insuficiência das respostas sociais**, em particular nas áreas da saúde mental e dependências, agravada pela crise económica, foram também aspectos sistematicamente identificados em diferentes territórios.

Em termos regionais, diversos diagnósticos territoriais na região Centro referem em particular o desemprego feminino jovem como uma preocupação.

Os outros dois grandes temas destacados ao nível das Preocupações foram **Capital Humano** e **Dinâmicas Empresariais, I&D e Empreendedorismo Local**.

O Capital Humano foi considerado como uma grande preocupação, a dois grandes níveis. Ao nível da **formação profissional**, com qualificações da população desadequadas em relação à procura (emprego), e ao nível da formação escolar de base, onde prevalecem elevados níveis de **analfabetismo**, devido ao **abandono escolar precoce** e ao facto de os jovens mais qualificados saírem das zonas rurais.

No grupo das dinâmicas empresariais foi identificada a **fragilidade do tecido económico local**, assente predominantemente em **actividades de baixo valor acrescentado** e com **fraca incorporação de inovação e de conhecimento** (a agricultura familiar e os produtos locais são exemplo de actividades onde estes problemas se acentuam), agravadas pela dificuldade no acesso ao financiamento bancário, e pela ausência de mecanismos que permitam o lançamento de novos negócios com carácter experimental (estatuto do empreendedor) o que contribui para a dificuldade de atrair e fixar novos investimentos.

A nível regional, nas zonas rurais da **Região Autónoma dos Açores**, destacam-se preocupações específicas ao nível da **dupla periferia, exiguidade e fragmentação do mercado regional, custos associados à mobilidade de pessoas e produtos** e, recentemente, a grande preocupação com o **desmantelamento do sistema de quotas leiteiras**, tem em consideração o elevado peso deste sector na economia regional.

Na **Região Autónoma da Madeira**, para além das dificuldades da **dupla periferia**, regista-se o impacto da **crise financeira e da redução dos investimentos públicos regionais** obrigatória por força do Plano de Ajustamento Financeiro a que a RAM está sujeita. Esta grande redução de do investimento nas zonas rurais **diminuiu acentuadamente a sua capacidade competitiva** nos mercados, cada vez mais globais.

ASPIRAÇÕES E EXPECTATIVAS

As ideias das comunidades rurais, que mereceram maior destaque em termos de aspirações e expectativas e que se traduzem em desafios e objectivos para as estratégias a ser desenvolvidas no horizonte 2020, são de acordo com os contributos das 24 ADL:

- Desafio demográfico - **fixação e atracção de população**, especialmente jovem e activa;
- Desafio social – fomentar o acesso da população a **serviços básicos de proximidade** e desenvolver iniciativas promotoras da **coesão e inclusão social**;
- Na área do empreendedorismo – **atracção de investimento**, nomeadamente valorizando os **recursos e produtos locais**/endógenos (com estratégias de diferenciação e de agrupamento / redes) e **criação de emprego**;
- Ao nível do capital humano – **aumentar e consolidar as competências locais**, promovendo o **conhecimento** e a **inovação local**.

Através da análise das respostas ao questionário, percebe-se que um grande conjunto de aspiração e expectativas das comunidades rurais contribuem para a ideia de «**bem-estar**» – “*melhoria da qualidade de vida*”, “*melhores condições de vida*”, “*vida tranquila*” e “*esperança num futuro condigno*” são exemplos de respostas à pergunta “Quais as expectativas das pessoas/comunidade rurais nacionais?”.

Sobre o modo de alcançar o “bem-estar” as respostas ao questionário também apresentam pistas que passam fundamentalmente pela resolução dos problemas / preocupação anteriormente identificados: necessidade de **criação de emprego**, principalmente **jovem**; na **fixação de empresas**, principalmente através de uma maior valorização dos produtos e recursos **endógenos**; nas políticas que promovam o aumento da **população rural**, com destaque para a **fixação de jovens** e para o aumento da **natalidade**.

Verifica-se uma concordância nos resultados obtidos através dos diagnósticos territoriais locais com os dos questionários.

DINÂMICAS NAS COMUNIDADES

o que está a mudar no mundo rural

o trabalho das organizações nas comunidades - alguns exemplos

Mesmo perante um quadro complexo ao nível dos problemas e preocupações, as comunidades rurais identificam também mudanças positivas que aconteceram nos últimos anos. O principal grupo de melhorias inclui as **acessibilidades e infra-estruturas** (fornecimento de água, saneamento, TIC), é também identificado o aumento dos investimentos de pequenos empreendedores apostando em **negócios baseados nos produtos / recursos dos territórios** (incluindo o turismo e a agricultura diferenciada), o aumento das **respostas sociais dirigidas aos idosos** e por fim uma consciência e **envolvimento crescentes da população** nos processos de desenvolvimento comunitário (ruralidade, ambiente, etc.).

"Maior capacidade de resiliência das populações locais para ultrapassar as dificuldades inerentes a estes espaços."

"Experiências de cooperação entre os territórios rurais que potenciaram novas abordagens e intervenções locais"

"Aposta no aumento das qualificações escolares e profissionais das populações residentes"

Há uma grande diversidade de experiências e iniciativas desenvolvidas em prol dos territórios rurais e envolvendo as comunidades rurais. Pela sua durabilidade, persistência, extensão e impactos, considera-se pertinente destacar o trabalho das **Associações de Desenvolvimento Local** que nos últimos 25 anos têm dinamizado **Estratégias de Desenvolvimento Local** estruturadas em parcerias de base territorial, com intervenção em múltiplas áreas:

A intervenção das ADL tem sido, em larga medida, estruturada pelo enquadramento programático e metodológico do LEADER (território, parceria, participação, integração, autonomia, inovação e cooperação) e abrange diversas áreas:

- Dinamização de economias locais (apoio ao investimento);
- Qualificação, educação e formação profissional;
- Promoção da igualdade, cidadania activa e coesão territorial;
- Cooperação territorial e partilha de boas práticas;
- Dinamização de serviços de proximidade e associativismo local;
- Valorização do património rural.

A título de exemplo, apresentam-se três iniciativas promovidas por ADL que têm contribuído para encontrar novas soluções para os territórios rurais, nomeadamente ao nível da criação de novos negócios e criação de auto-emprego, promoção da pequena agricultura, circuitos curtos de comercialização e valorização dos produtos endógenos e promoção da coesão social e territorial dos territórios, através da valorização do turismo acessível a todos.

CRER – Criação de Empresas em Espaço Rural

O CRER é uma metodologia integrada de apoio ao empreendedor que a ADRIMAG - Associação de Desenvolvimento Rural Integrado das Serras do Montemuro, Arada e Gralheira, implementa desde 2006, com três vertentes distintas: Informação e Sensibilização para o Empreendedorismo e para a Criação de Empresas; Maturação e Finalização de Projectos de Criação de Empresas (apoio à preparação e elaboração de planos de negócios); Teste e Experimentação de Ideias de Negócio (apoio ao teste de uma ideia de negócio, sem que o empreendedor tenha necessidade de constituir uma empresa).

Desde 2006, foram efectuados check-ups de negócio com 87 empreendedores. Mais de 30% destes empreendedores foram acompanhados na elaboração do Plano de Negócios dos seus projectos, o que originou a criação de 9 empresas que empregam, em média, 2 pessoas. A metodologia contribui também para uma taxa de sucesso mais elevada das empresas criadas, uma vez que induz o empreendedor a tomar consciência da importância de um Plano de Negócios com indicadores realistas.

A iniciativa recebeu uma menção honrosa nos European Enterprise Awards 2010, na categoria “Iniciativa Empresarial responsável e inclusiva” e foi distinguido pela Comissão Europeia como Boa Prática inserida na Base de Dados SBA – Small Business Act – iniciativa Europeia que visa melhorar a abordagem política global do empreendedorismo e promover o crescimento das PME.

<http://www.crer.pt/en/>

PROVE – Promover e Vender

O PROVE – Promover e Vender é uma iniciativa, concebida e desenvolvida com o apoio do programa Equal, entre 2006 e 2009, por uma parceria liderada pela ADREPES - Associação para o Desenvolvimento Regional da Península de Setúbal, com o objectivo de contribuir para o escoamento de produtos hortofrutícolas, fomentando as relações de proximidade através de circuitos curtos de comercialização entre pequenos produtores agrícolas e consumidores, com apoio das TIC.

Entretanto, através de um projecto de cooperação LEADER, o PROVE foi disseminado por 16 ADL, criando 74 núcleos espalhados de norte a sul de Portugal Continental, envolvendo mais de 130 produtores agrícolas e 5.000 consumidores, promovendo a comercialização semanal de 35 toneladas de hortofrutícolas nos 120 locais de entrega existentes. O volume de negócios ascende já os 2.600.000 euros por ano.

http://enrd.ec.europa.eu/en/policy-in-action/rdp_view/promoting-local-sales-fresh-produce-prove-promote-and-sell

<http://www.prove.com.pt/www/english.T9.php>

ROTA SEM BARREIRAS

Considerando que o turismo é um bem social e que deve estar ao alcance de todos os cidadãos, entre os quais as pessoas com deficiência, e de que, as regiões do Alentejo (Portugal) e Extremadura (Espanha) pelas suas características culturais, patrimoniais, edafoclimáticas, apresentam um potencial turístico relevante, quatro Associações de Desenvolvimento Local motivaram-se para a implementação de um projecto transnacional a que denominaram Rotas Sem Barreiras. As associações TERRAS DENTRO e ESDIME em Portugal, CEDECO Tentudia e ADERCO em Espanha, dão um passo em frente relativamente à não discriminação no acesso ao turismo, apontando um valor acrescentado à oferta turística existente, contribuindo paralelamente para o desenvolvimento sustentável e para a riqueza e progresso das suas regiões.

Ao todo são 164 os locais turísticos acessíveis nos quatro territórios (2 portugueses e 2 espanhóis, onde não foram esquecidas rampas de acesso, corrimãos, balcões e mesas rebaixadas, instalações sanitárias adequadas e lugares de estacionamento reservado.

<http://rotassembarreiras.com/>

POLÍTICAS E ACÇÃO

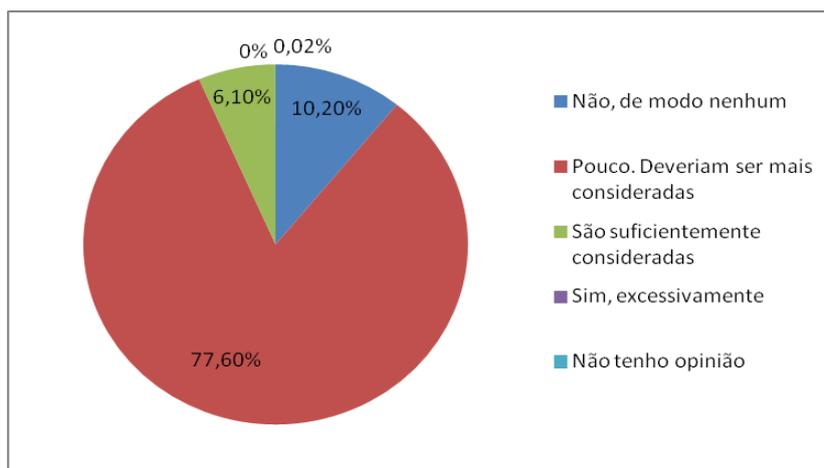
a voz das comunidades rurais junto das autoridades locais, nacionais e europeias

Uma ideia generalizada é a da desadequação da maioria das políticas públicas nacionais em relação às realidades e necessidades das populações e dos territórios rurais.

Ao analisar se "as preocupações e expectativas da comunidades rurais são consideradas na definição das políticas públicas nacionais", a percepção geral é que não são consideradas (10,2%), ou são pouco consideradas (77,6%).

"É importante envolver as comunidades rurais na definição das políticas públicas, no entanto não basta envolver/ouvi-las é necessário dar respostas às suas preocupações/necessidades."

"A definição de políticas de desenvolvimento local e rural é demasiadamente balizada, não permitindo adequar as políticas e fundos às reais necessidades dos território."



Quando questionados sobre "como as pessoas e organizações das comunidades rurais têm contribuído e/ou podem contribuir para melhorar a sua qualidade de vida", há um grande conjunto de respostas que apela à dinamização de fóruns, orçamentos participativos, auscultações e aumento do trabalho em rede e em parceria e que reconhece uma evolução positiva fomentada por organizações da sociedade civil e por autarquias locais. A promoção das dinâmicas intergeracionais, a partilha de recursos e a sensibilização através da disseminação de projectos, experiências e boas práticas foram também aspectos referidos, assim como as estratégias para criação de emprego e riqueza.

"Podemos melhorar a nossa qualidade de vida unindo-nos e empenhando-nos à volta de objectivos comuns; procurando e encontrando apoios e formação. Melhoramos a nossa qualidade de vida criando riqueza, apostando na diversificação de produtos a oferecer."

"Aumentando a sua participação nas dinâmicas locais, contribuindo com as suas ideias e acções. Exercendo acções cívicas e associativas. Criticando construtivamente. A realização de fóruns locais,

orçamentos participativos, auscultação das populações para apoio à construção comum de estratégias e iniciativas, podem constituir ações interessantes e que contribuam para este propósito (essencialmente co-responsabilizar...)"

"Delineando estratégias efectivas para a atractividade do investimento exterior, desta forma, com a criação de emprego a melhoria da qualidade de vida seria uma realidade."

"As comunidades rurais serão sempre os repositórios da identidade das regiões e como tal afirmam a sua presença e importância nas suas marcas e tradições locais assim como na força dos seus produtos e práticas. Estas manifestações têm emergido com maior força nos anos mais recentes quase em contra-ciclo com a globalização pelo que se podem afirmar como exemplos de perseverança e continuidade da história local."

"No contexto de encerramento de serviços públicos e de diminuição da capacidade das autarquias locais e do estado central para investir e dinamizar ações de animação e apoio social, decorrente dos cortes orçamentais, as organizações das comunidades rurais desempenham um papel fundamental na animação territorial, no apoio social pela proximidade e conhecimento que têm das realidades locais, como interlocutores junto das autoridades locais."

Contudo, por razões históricas e societais, esta ideia de co-responsabilização pelo futuro das comunidades ainda é incipiente e requer mais trabalho e investimento...

"As comunidades rurais têm pouca tendência para a cooperação e associação pela luta de causas comuns (...) a maioria das pessoas têm dificuldade em expor as preocupações de uma comunidade pois preferem expor as suas preocupações individuais (...). Essa "educação" também é necessária."

"As populações rurais estão pouco envolvidas nos processos de tomada de decisão nacional e europeu, motivadas pela desacreditação da classe política e das políticas nacionais. Ainda assim, são bastante activas junto dos órgãos locais. A mudança de mentalidade de ambas as partes, o aumento da proximidade das instituições com as pessoas e o incentivo à iniciativa privada na envolvência com as políticas nacionais é fundamental."

A pergunta *"Como transportar as preocupações e expectativas [das comunidades rurais] para a agenda pública nacional?"* identificou um conjunto de ideias centradas no envolvimento da comunicação social, da academia e de pessoas notáveis, no reforço das redes das organizações da sociedade civil, no papel das autarquias locais e na elaboração e de um "livro branco" com propostas de linhas de política (a partir de grupos de trabalho com envolvimento dos actores locais) para difundir pelos políticos a nível local e nacional.

"Criando grupos de trabalho territoriais que envolvam diversos atores locais e nacionais - públicos, privados, academia, etc. que produzam um documento com propostas de política que deverá ser entregue ao nível político de âmbito local e nacional. Os grupos de trabalho devem ser constituídos conforme as especificidades territoriais, designadamente territórios rurais periurbanos e territórios rurais de baixa densidade."

"Existem agentes e instituições a trabalhar nas zonas rurais, como as Associações de Desenvolvimento Local que podem ter uma papel de articulação e ligação com agenda pública nacional. As autarquias (municípios e juntas de freguesia) deveriam ser chamadas a ter opinião sobre as temáticas com impacto nos territórios rurais."

“Para transportar estas preocupações e expectativas para a agenda pública nacional é essencial promover a auscultação e o diálogo com as comunidades locais, e promover o lobby político das organizações representativas a nível nacional, de forma concertada.”

Sobre *"a pertinência deste debate se realizar também a nível europeu"*, a concordância foi praticamente unânime, tendo sido apresentadas algumas justificações, que passam pela peso das decisões da União na definição das políticas nacionais, nomeadamente no que diz respeito ao financiamento de políticas públicas por fundos comunitários, pelo facto de diferentes países terem problemas similares e haver vantagens em partilhar soluções e/ou encontrar sinergias em torno de actuações comuns.

"É pertinente que este debate ocorra ao nível europeu, seja no Comité das Regiões, no Comité Económico e Social ou elevado a debate no Parlamento Europeu. A este nível, mais uma vez deveriam ser os cidadãos representados pelas associações locais por serem os actores mais próximos e conhecedores das problemáticas."

"Sem dúvida. Decerto que não estamos sozinhos e outras regiões com idêntica problemática podem servir de exemplo em termos de metodologias. Fomentar as acções em cooperação nestas áreas, pode ser interessante. (...), também a nível europeu deve existir uma maior consciência colectiva para a importância dos territórios rurais no desenvolvimento harmonioso e na coesão."

Absolutamente! As comunidades rurais deviam ver os seus melhores actores convidados a participar neste debate, quase como embaixadores da "causa" rural. Estes deviam ser considerados pela pertinência das suas observações e possíveis soluções, e não pelo seu papel na sociedade rural (ex.: presidente disto ou daquilo...).

"Sendo uma preocupação nacional, não deixa no entanto de ter uma matriz comum com muitos territórios europeus. Assim é ao nível europeu, mais macro, que se pode afirmar estas preocupações influenciando as política públicas e os estados membros a reforçar os mecanismos de apoio as esta territórios."

Poucos participantes consideram que a problemática deve ser resolvida exclusivamente no contexto nacional...

Estamos a falar de escala nacional/regional que só depende de um coerente e consistente projecto nacional. Ou Portugal descobre qual é o seu potencial e se afirma através dos seus recursos humanos e naturais e com eles organiza os eixos de desenvolvimento, estrutura a sua macroestrutura científica, produtiva, institucional, de forma a criar, transformar e comercializar os seus próprios produtos, ou então continuará a ser um país subsídio-dependente e tendencialmente destinado a ser um local de "sol e praia" com uma vasta área de floresta, no meio da qual haverá umas dezenas de cidades que vão resistindo ao despovoamento.

No que concerne a necessidade de dar voz às comunidades rurais a nível nacional e europeu no sentido de condicionar a acção política, muitas repostas e contributos destacam o papel das associações e organizações de sociedade civil, ao que não será alheio o facto de o questionário se aplicar no contexto do Parlamento Rural Europeu, protagonizado por redes de organizações da sociedade civil.

ANEXOS

Associações de Desenvolvimento Local que participaram no processo nacional

<http://www.minhaterra.pt/associados.T4.php>

ADD	Associação de Desenvolvimento do Dão
ADDLAP	Associação de Desenvolvimento do Dão, Lafões e Alto Paiva
AD ELO	Associação de Desenvolvimento Local da Bairrada e Mondego
ADERES	Associação de Desenvolvimento Rural Estrela-Sul
ADICES	Associação de Desenvolvimento Local
ADIRN	Associação para o Desenvolvimento Integrado do Ribatejo Norte
ADRAMA	Associação de Desenvolvimento da Região Autónoma da Madeira
ADRAT	Associação de Desenvolvimento da Região do Alto Tâmega
ADREPES	Associação de Desenvolvimento Regional da Península de Setúbal
ADRIMAG	Associação de Desenvolvimento Rural Integrado das Serras do Montemuro Arada e Gralheira
ADRIMINHO	Associação de Desenvolvimento Rural Integrado do Vale do Minho
ADRITEM	Associação de Desenvolvimento Rural Integrado das Terras de Santa Maria
CHARNECA	Associação para a Promoção Rural da Charneca Ribatejana
DESTEQUE	Associação para o Desenvolvimento da Terra Quente
DOLMEN	Cooperativa de Formação, Educação e Desenvolvimento do Baixo Tâmega, CRL
DOURO SUPERIOR	Associação de Desenvolvimento
DUECEIRA	Associação de Desenvolvimento do Ceira e Dueça
GRATER	Associação de Desenvolvimento Regional
LEADER OESTE	Associação para o Desenvolvimento e Promoção Rural do Oeste
MONTE	Desenvolvimento Alentejo Central, A.C.E.
RAIA HISTORICA	Associação de Desenvolvimento do Nordeste da Beira
SOL DO AVE	Associação para o Desenvolvimento Integrado do Vale do Ave
TAGUS	Associação para o Desenvolvimento Integrado do Ribatejo Interior
T. BAIXO GUADIANA	Associação Terras do Baixo Guadiana

Registo do total de participantes na campanha nacional

Nome do GAL	Total de Eventos	Total de Participantes	Tipologia de Participantes				Sexo (M/F)	
			Singulares	Coletivo			Masculino	Feminino
				Setor Público	Setor Empresarial	Setor Economia Social		
ADD	8	167	0	37	30	100	85	82
ADDLAP	10	285	13	45	89	138	158	127
ADERES	9	243	177	9	24	33	148	95
ADICES	6	205	7	37	86	75	147	58
ADIRN	15	392	25	125	105	137	229	163
ADRAT	14	408	58	149	156	45	263	145
ADREPES	9	529	21	247	114	147	286	243
ADRIMAG	16	138	0	34	14	90	59	79
ADRIMINHO	6	158	47	55	19	37	84	74
ADRITEM	22	631	106	166	72	287	397	234
CHARNECA	1	13	--	5	2	6	12	1
DOLMEN	6	347	24	168	95	60	245	102
DOURO SUPERIOR	5	87	8	21	9	49	59	28
DUECEIRA	3	72	--	--	--	--	--	--
GRATER	1	52	--	--	--	--	--	--
LEADER OESTE	4	--	--	--	--	--	--	--
MONTE-ACE	16	178	0	63	24	91	62	116
SOL DO AVE	3	50	18	6	20	6	31	19
TAGUS	6	212	53	43	48	68	124	88
TERRAS BAIXO GUADIANA	8	92	2	36	6	48	55	37
Total	168	4 259	559	1 246	913	1 417	2 444	1 691
				3 576				

Fotografias, alguns exemplos



ADD – 1ª Reunião Geral



ADERES – Sessão de Trabalho



ADICES – Sessão de Trabalho



ADIRN – Sessão Temática – Património



ADREPES – Sessão de Trabalho



DESTEQUE – Sessões Sectoriais



DOLMEN – Sessão Temática - Agricultura



DUECEIRA – Sessão de Trabalho



MONTE – Acordo de Parceria



SOL DO AVE – Sessões Sectoriais



ADRAT – Sessões Sectoriais



ADRIMAG – Sessão de Trabalho



ADRIMINHO – Sessão de Trabalho



TERRAS DO BAIXO GUADIANA – Sessões Sectoriais



DOURO SUPERIOR – Sessões Sectoriais



TAGUS – Sessão Temática - Turismo

